

**4**  
EDIÇÃO 1a

ALEXANDRE CEBRIAN ARAÚJO REIS  
VICTOR EDUARDO RIOS GONÇALVES

DIREITO  
PROCESSUAL PENAL  
**ESQUEMATIZADO®**

COORDENADOR  
**PEDRO LENZA**

**100** ANOS  
Saraiva

# SUMÁRIO

<i>Metodologia esquematizado® .....</i>	7
<i>Nota dos autores à 4<sup>a</sup> edição .....</i>	11
<b>1. INTRODUÇÃO E ALCANCE DAS NORMAS PROCESSUAIS PENais .....</b>	<b>31</b>
1.1. Conceito de Direito Processual Penal .....	31
1.2. Sistemas processuais penais .....	32
1.3. Lei Processual Penal no espaço .....	34
1.4. Lei Processual Penal no tempo .....	38
1.5. Interpretação da lei (hermenêutica) .....	41
1.6. Interpretação analógica e extensiva .....	44
1.7. Integração da Norma Processual Penal .....	44
1.8. Fontes do Direito Processual Penal .....	46
1.9. Questões .....	47
<i>Gabarito .....</i>	48
<b>2. INQUÉRITO POLICIAL .....</b>	<b>49</b>
2.1. Conceito .....	49
2.2. Características .....	50
2.3. Local por onde deve tramitar o inquérito .....	53
2.4. Suspeição da autoridade policial .....	54
2.5. Formas de instauração do inquérito policial .....	54
2.6. Requerimento do ofendido nos crimes de ação privada .....	57
2.7. Prazos para a conclusão do inquérito .....	57
2.8. Diligências .....	59
2.9. Reprodução simulada dos fatos .....	66
2.10. Outras funções da autoridade policial durante o inquérito .....	66
2.11. Incomunicabilidade .....	67
2.12. Conclusão do inquérito policial .....	67
2.13. Questões .....	68
<i>Gabarito .....</i>	71
<b>3. DA AÇÃO PENAL .....</b>	<b>73</b>
3.1. Conceito .....	73
3.1.1. Classificação .....	73
3.1.2. Condições gerais da ação .....	75
3.2. Princípios da ação penal .....	76
3.2.1. Princípios constitucionais da ação penal .....	77

3.2.2. Demais princípios da ação penal .....	87
3.3. Ação penal pública .....	88
3.3.1. Ação pública incondicionada.....	90
3.3.2. Ação pública condicionada à representação.....	90
3.3.2.1. A representação não obriga o Ministério Público a oferecer denúncia .....	91
3.3.2.2. Conteúdo da representação.....	92
3.3.2.3. Aspectos formais da representação.....	92
3.3.2.4. Prazo para a representação.....	94
3.3.2.5. Titularidade do direito de representação.....	94
3.3.2.6. Retratação .....	96
3.3.2.7. Representação e Lei Maria da Penha .....	96
3.3.3. Ação pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	98
3.3.3.1. Prazo .....	99
3.3.3.2. Retratação.....	99
3.3.4. Opções do promotor de justiça ao receber o inquérito policial concluído (em crimes de ação pública condicionada ou incondicionada) .....	99
3.3.4.1. Requerimento de novas diligências.....	99
3.3.4.2. Requerimento de remessa a outro juízo .....	100
3.3.4.3. Promoção de arquivamento.....	100
3.3.4.4. Desencadeamento da ação penal por meio do oferecimento de denúncia...	102
3.3.4.4.1. Requisitos da denúncia .....	103
3.3.4.4.2. Elaboração da denúncia.....	109
3.3.4.4.3. Cota de oferecimento da denúncia .....	111
3.3.4.4.4. Modelos de denúncia .....	113
3.3.5. Recebimento da denúncia .....	113
3.3.5.1. Aditamento da denúncia.....	114
3.3.6. Rejeição da denúncia .....	115
3.3.7. Recurso cabível contra a decisão que rejeita a denúncia.....	117
3.4. Ação penal privada .....	117
3.4.1. Princípios específicos da ação privada.....	117
3.4.2. Espécies de ação privada .....	119
3.4.2.1. Ação privada exclusiva .....	119
3.4.2.1.1. Titularidade do direito de queixa.....	120
3.4.2.2. Ação privada personalíssima.....	123
3.4.3. Destino do inquérito policial após a conclusão das investigações nos crimes de ação privada (exclusiva ou personalíssima) .....	124
3.4.4. Atuação do Ministério Público na ação privada .....	124
3.4.5. Causas extintivas da punibilidade da ação penal privada regulamentadas no Código de Processo Penal .....	125
3.4.5.1. Decadência .....	125
3.4.5.2. Perempção .....	126
3.4.5.3. Renúncia .....	129
3.4.5.4. Perdão do ofendido .....	131
3.4.5.5. Quadros comparativos das causas extintivas da punibilidade relacionadas a incidentes processuais da ação privada .....	132
3.4.6. Ação privada subsidiária da pública .....	133
3.4.7. Litisconsórcio.....	135

3.4.8. Legitimidade concorrente.....	135
3.5. Questões.....	136
<i>Gabarito</i> .....	140
<b>4. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i> .....</b>	<b>143</b>
4.1. Ação civil <i>ex delicto</i> e execução civil da sentença condenatória.....	146
4.1.1. Legitimidade ativa .....	147
4.1.2. Legitimidade passiva .....	147
4.1.3. Competência .....	147
4.2. Questões.....	147
<i>Gabarito</i> .....	148
<b>5. JURISDIÇÃO .....</b>	<b>149</b>
5.1. Conceito.....	149
5.2. Princípios da jurisdição .....	149
5.3. Unidade da jurisdição e classificações.....	150
<b>6. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>151</b>
6.1. Conceito de competência e critérios para sua fixação .....	151
6.1.1. Finalidade de cada um desses critérios .....	151
6.2. Competência pelo lugar da infração.....	153
6.2.1. Local da consumação .....	153
6.2.2. Crimes tentados .....	161
6.2.3. Crimes permanentes no território de duas ou mais comarcas .....	161
6.2.4. Crimes à distância.....	162
6.2.5. Crimes praticados fora do território nacional .....	162
6.2.6. Crimes cometidos a bordo de embarcação ou aeronave que se aproxima ou se afasta do território nacional.....	162
6.2.7. Crime praticado em local incerto na divisa de duas ou mais comarcas .....	163
6.2.8. Crime praticado em local certo, havendo incerteza quanto a pertencer a uma ou outra comarca .....	163
6.3. Competência pelo domicílio ou residência do réu .....	163
6.4. Competência pela natureza da infração .....	164
6.4.1. Justiça Militar .....	164
6.4.1.1. Composição da Justiça Militar .....	166
6.4.2. Justiça Eleitoral.....	167
6.4.3. Justiça Federal.....	168
6.4.3.1. Composição da Justiça Federal .....	173
6.4.4. Justiça Estadual.....	174
6.4.4.1. Composição da Justiça Estadual .....	174
6.4.5. A natureza da infração como fator de divisão de competência dentro da mesma Justiça .....	175
6.5. Prevenção e distribuição.....	176
6.5.1. Hipóteses em que a prevenção é critério norteador da competência .....	176
6.6. Fases para a determinação da competência .....	177
6.7. Conexão e continência.....	177
6.7.1. Hipóteses de conexão (art. 76).....	178

---

6.7.1.1.	Conexão intersubjetiva (art. 76, I).....	178
6.7.1.2.	Conexão objetiva (art. 76, II).....	179
6.7.1.3.	Conexão instrumental ou probatória (art. 76, III).....	180
6.7.2.	Hipóteses de continência (art. 77) .....	182
6.7.3.	Regras de prevalência de foro nos casos de conexão ou continência.....	183
6.7.4.	Conexão entre a jurisdição comum e a do Juizado Especial Criminal.....	185
6.7.5.	Avocação.....	186
6.7.6.	Rito.....	186
6.7.7.	Separação de processos .....	186
6.7.7.1.	Separação obrigatória.....	187
6.7.7.2.	Separação facultativa.....	187
6.7.8.	Desclassificação e competência.....	188
6.8.	Foro por prerrogativa de função.....	190
6.8.1.	Hipóteses de foro por prerrogativa de função previstas na Constituição Federal	190
6.8.2.	Exceção da verdade .....	199
6.9.	Questões.....	200
	<i>Gabarito</i> .....	203

## **7. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES ..... 205**

7.1.	Conceito .....	205
7.2.	Questões prejudiciais.....	205
7.2.1.	Sistemas de solução .....	207
7.2.2.	Prejudicialidade e competência .....	208
7.2.3.	Devolutivas obrigatórias (art. 92 do CPP).....	208
7.2.4.	Devolutivas facultativas (art. 93 do CPP).....	209
7.2.5.	Efeitos da decisão civil .....	209
7.2.6.	Prescrição.....	210
7.2.7.	Recursos.....	210
7.3.	Exceções .....	211
7.3.1.	Exceção de suspeição.....	212
7.3.1.1.	Abstenção .....	212
7.3.1.2.	Recusa do juiz pelas partes .....	213
7.3.1.3.	Julgamento pelo tribunal .....	214
7.3.1.4.	Efeitos .....	214
7.3.1.5.	Suspeição de magistrado nos tribunais .....	215
7.3.1.6.	Suspeição do membro do Ministério Público .....	215
7.3.1.7.	Suspeição de peritos, intérpretes e de servidores da Justiça.....	215
7.3.1.8.	Suspeição de jurado.....	216
7.3.1.9.	Suspeição da autoridade policial.....	216
7.3.2.	Exceção de incompetência de juízo.....	216
7.3.2.1.	Abstenção .....	216
7.3.2.2.	Arguição de incompetência.....	217
7.3.3.	Exceção de litispendência.....	218
7.3.4.	Exceção de ilegitimidade de parte.....	220
7.3.5.	Exceção de coisa julgada .....	220
7.3.6.	Exceção de incompatibilidade ou de impedimento.....	222
7.4.	Conflito de jurisdição .....	222

7.4.1.	Finalidade e caracterização .....	223
7.4.2.	Espécies .....	224
7.4.3.	Processamento .....	224
7.4.4.	Competência para julgamento .....	225
7.5.	Conflito de atribuições .....	226
7.6.	Restituição de coisas apreendidas .....	227
7.6.1.	Bens restituíveis e bens não restituíveis .....	228
7.6.2.	Restituição por termo nos autos .....	228
7.6.3.	Restituição por meio de incidente .....	229
7.6.4.	Recurso .....	229
7.6.5.	Coisas facilmente deterioráveis .....	230
7.6.6.	Destino dos bens .....	230
7.7.	Medidas asseguratórias .....	230
7.7.1.	Sequestro .....	231
7.7.1.1.	Oportunidade e iniciativa (art. 127 do CPP) .....	232
7.7.1.2.	Requisitos .....	233
7.7.1.3.	Procedimento e inscrição .....	233
7.7.1.4.	Recurso e defesa .....	233
7.7.1.5.	Levantamento .....	234
7.7.1.6.	Destinação dos bens sequestrados .....	234
7.7.2.	Hipoteca legal .....	234
7.7.2.1.	Oportunidade e legitimidade .....	235
7.7.2.2.	Requisitos .....	235
7.7.2.3.	Processamento .....	235
7.7.2.4.	Execução .....	236
7.7.3.	Arresto .....	236
7.7.3.1.	Arresto preparatório da hipoteca .....	236
7.7.3.2.	Arresto de móveis .....	237
7.7.3.3.	Legitimidade do Ministério P\xfablico em rela\xe7ao \xe0 hipoteca e ao arresto ....	238
7.7.4.	Alienação antecipada .....	239
7.7.5.	Distinção entre os institutos .....	239
7.8.	Incidente de falsidade .....	240
7.8.1.	Oportunidade e legitimidade .....	241
7.8.2.	Processamento (art. 145 do CPP) .....	242
7.8.3.	Efeitos da decisão .....	242
7.9.	Incidente de insanidade mental do acusado .....	243
7.9.1.	Oportunidade e legitimidade .....	244
7.9.2.	Processamento .....	245
7.9.3.	Efeitos da juntada do laudo .....	246
7.9.4.	Prosseguimento do processo principal .....	246
7.10.	Questões .....	247
	<i>Gabarito</i> .....	250
<b>8.</b>	<b>DA PROVA .....</b>	<b>251</b>
8.1.	Conceito .....	251
8.1.1.	Finalidade da prova .....	251
8.1.2.	Objeto da prova (ou tema da prova) .....	251

8.1.3.	Fonte de prova.....	253
8.1.4.	Sistemas de avaliação da prova.....	253
8.1.5.	Ônus da prova .....	257
8.1.6.	Princípios que regem a atividade probatória .....	258
8.1.7.	Meios de prova.....	260
8.1.8.	Provas ilícitas.....	260
8.1.8.1.	Casuística.....	262
8.1.8.2.	Prova emprestada .....	265
8.1.8.3.	Prova ilícita por derivação.....	266
8.1.8.4.	Fonte independente.....	266
8.1.8.5.	Critério da proporcionalidade .....	268
8.1.8.6.	Incidente de inutilização .....	269
8.1.9.	Classificação das provas .....	270
8.1.10.	Momentos da atividade probatória .....	272
8.2.	Do exame do corpo de delito e das perícias em geral.....	272
8.2.1.	Perícia .....	272
8.2.2.	Corpo de delito e exame de corpo de delito .....	273
8.2.3.	Modalidades de exame de corpo de delito .....	273
8.2.4.	Obrigatoriedade do exame de corpo de delito.....	273
8.2.5.	Etapa em que o exame deve ser juntado aos autos .....	274
8.2.6.	Suprimento do exame pela prova testemunhal.....	274
8.2.7.	Realização do exame de corpo de delito e de outras perícias .....	275
8.2.8.	Perito .....	276
8.2.9.	Formulação de quesitos e indicação de assistente técnico .....	276
8.2.10.	Laudo .....	277
8.2.11.	Vinculação do juiz ao laudo .....	278
8.2.12.	Algumas espécies de perícia.....	278
8.2.13.	Perícia de comparação de perfil genético.....	279
8.3.	Interrogatório.....	281
8.3.1.	Natureza jurídica.....	281
8.3.2.	Características do interrogatório .....	282
8.3.3.	Obrigatoriedade e oportunidade .....	282
8.3.4.	Direito ao silêncio .....	284
8.3.5.	Participação do defensor .....	285
8.3.6.	Local de realização do interrogatório.....	285
8.3.7.	Videoconferência .....	286
8.3.8.	Conteúdo do interrogatório.....	287
8.3.9.	Intervenção das partes .....	287
8.3.10.	Modalidades especiais de interrogatório.....	288
8.4.	Confissão .....	289
8.4.1.	Valor probatório da confissão.....	289
8.4.2.	Características da confissão .....	290
8.4.3.	Classificação .....	291
8.4.4.	Delação .....	291
8.4.5.	Delação premiada .....	291
8.5.	Oitiva do ofendido .....	292
8.5.1.	Obrigatoriedade da inquirição.....	292

---

8.5.2.	Diferenças processuais entre as declarações do ofendido e os testemunhos .....	293
8.5.3.	Colheita das declarações.....	293
8.5.4.	Valor probatório .....	293
8.5.5.	Normas relativas à proteção do ofendido .....	294
8.6.	Das testemunhas .....	295
8.6.1.	Capacidade para testemunhar.....	295
8.6.2.	Testemunho de policiais .....	296
8.6.3.	Oitiva de autor da infração como testemunha.....	296
8.6.4.	Dever de testemunhar .....	297
8.6.5.	Pessoas que podem escusar-se do dever de testemunhar .....	297
8.6.6.	Testemunhas não sujeitas ao compromisso de dizer a verdade.....	299
8.6.7.	Pessoas proibidas de testemunhar .....	300
8.6.8.	Suspeição ou indignidade da testemunha.....	300
8.6.9.	Contradita e arguição de defeito.....	301
8.6.10.	Classificação doutrinária das testemunhas .....	301
8.6.11.	Características da prova testemunhal .....	302
8.6.12.	Direito à oitiva das testemunhas oportunamente arroladas .....	303
8.6.13.	Número de testemunhas.....	304
8.6.14.	Local da colheita do testemunho.....	305
8.6.15.	Testemunhas que residem fora da jurisdição.....	305
8.6.16.	Testemunha que está fora do país .....	308
8.6.17.	Notificação das testemunhas .....	308
8.6.18.	Substituição de testemunhas.....	308
8.6.19.	Colheita do depoimento .....	309
8.6.20.	Colheita antecipada do testemunho .....	312
8.6.21.	Mudança de residência após o depoimento .....	312
8.6.22.	Proteção a vítimas e testemunhas.....	313
8.7.	Do reconhecimento de pessoas e coisas.....	313
8.7.1.	Procedimento no reconhecimento de pessoas (art. 226 do CPP).....	313
8.7.1.1.	Reconhecimento fotográfico .....	314
8.7.1.2.	Reconhecimento de voz.....	314
8.7.2.	Reconhecimento de coisas.....	315
8.8.	Acareação .....	315
8.8.1.	Pressupostos.....	316
8.8.2.	Sujeitos .....	316
8.8.3.	Procedimento .....	316
8.8.4.	Acareação por precatória (art. 230 do CPP).....	316
8.9.	Dos documentos .....	317
8.9.1.	Classificação dos documentos .....	317
8.9.2.	Oportunidade .....	318
8.9.3.	Iniciativa .....	318
8.9.4.	Requisitos para eficácia probante .....	319
8.9.5.	Cartas particulares.....	319
8.10.	Indícios .....	319
8.10.1.	Valor da prova indiciária .....	320
8.11.	Da busca e apreensão.....	320
8.11.1.	Fundamentos.....	321

8.11.1.1. Oportunidade e iniciativa.....	321
8.11.2. Busca domiciliar .....	321
8.11.2.1. Conceito de domicílio .....	322
8.11.2.2. Fundamentos para a busca domiciliar.....	323
8.11.2.3. Formalidades para o cumprimento da diligência.....	324
8.11.2.4. Busca em escritório de advogado.....	324
8.11.3. Busca pessoal.....	325
8.12. Questões.....	325
<i>Gabarito</i> .....	330
<b>9. SUJEITOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>331</b>
9.1. Introdução.....	331
9.2. Juiz.....	331
9.2.1. Juiz natural.....	332
9.2.2. Impedimentos e incompatibilidades.....	333
9.2.3. Suspeição .....	335
9.2.4. Cessação dos impedimentos .....	336
9.2.5. Suspeição artifiosa.....	337
9.2.6. Funções e poderes do juiz.....	337
9.2.7. Prerrogativas e vedações .....	338
9.3. Ministério Público .....	339
9.3.1. Garantias e vedações .....	340
9.3.2. Impedimentos e suspeição .....	341
9.3.3. Promotor natural .....	341
9.3.4. Princípios institucionais .....	343
9.3.5. Promotor <i>ad hoc</i> .....	344
9.3.6. Atuação e ônus processuais .....	344
9.3.7. Intimação .....	344
9.3.8. Prerrogativas funcionais .....	345
9.3.9. Investigação direta.....	345
9.4. Acusado .....	349
9.4.1. Identificação do acusado .....	350
9.4.2. Retificação da qualificação .....	350
9.4.3. Condução coercitiva.....	351
9.4.4. Direitos e deveres do acusado.....	351
9.5. Defensor.....	353
9.5.1. Espécies de defensor .....	354
9.5.2. Assistência a mais de um acusado.....	357
9.5.3. Abandono do processo.....	358
9.5.4. Impedimento .....	358
9.6. Curador .....	358
9.7. Assistente de acusação.....	359
9.7.1. Legitimados .....	361
9.7.2. Processamento da habilitação.....	362
9.7.3. Atribuições do assistente .....	362
9.7.4. Legitimidade recursal .....	364
9.8. Auxiliares da justiça .....	366

---

9.8.1. Peritos e intérpretes .....	367
9.9. Questões.....	367
<i>Gabarito</i> .....	369
<b>10. PRISÃO PROVISÓRIA .....</b>	<b>371</b>
10.1. Introdução.....	371
10.2. Prisão em flagrante.....	372
10.2.1. Hipóteses de prisão em flagrante .....	372
10.2.2. Outras denominações.....	376
10.2.3. Apresentação espontânea do agente .....	378
10.2.4. Sujeitos do flagrante .....	379
10.2.4.1. Sujeito ativo .....	379
10.2.4.2. Sujeito passivo .....	380
10.2.5. Crimes que admitem a prisão em flagrante.....	384
10.2.6. Auto de prisão em flagrante .....	385
10.2.6.1. Quem deve presidir a lavratura do auto de prisão.....	386
10.2.6.2. Procedimento para a lavratura do auto de prisão.....	387
10.2.6.3. Nota de culpa .....	389
10.2.7. Providências que devem ser tomadas pelo juiz ao receber a cópia da prisão em flagrante .....	390
10.3. Prisão preventiva .....	392
10.3.1. Introdução .....	392
10.3.2. Oportunidade de decretação da preventiva .....	394
10.3.3. Requisitos.....	395
10.3.3.1. Pressupostos .....	395
10.3.3.2. Fundamentos .....	395
10.3.3.2.1. Primariedade, bons antecedentes, residência e emprego fixo .....	398
10.3.3.3. Condições de admissibilidade.....	398
10.3.3.3.1. Infrações abstratamente punidas apenas com multa ou pena restritivas de direitos .....	400
10.3.3.4. Indícios de causa excludente da ilicitude .....	400
10.3.3.5. Apresentação espontânea do acusado .....	401
10.3.4. Revogação e nova decretação .....	401
10.3.5. A prisão preventiva e as sentenças condenatória e de pronúncia.....	401
10.3.6. Formalidades no cumprimento do mandado de prisão .....	402
10.3.7. Duração da prisão preventiva .....	403
10.4. Prisão preventiva domiciliar.....	405
10.5. Prisão temporária .....	407
10.5.1. Hipóteses de cabimento .....	407
10.5.2. Procedimento .....	408
10.5.3. Prazos.....	409
10.6. O ato da prisão em residência.....	409
10.6.1. Emprego de força .....	410
10.7. Uso de algemas .....	410
10.8. Das medidas cautelares pessoais .....	411
10.8.1. As medidas cautelares diversas da prisão .....	411
10.8.2. Fiscalização.....	414

10.8.3. Duração.....	414
10.8.4. Detração .....	415
10.8.5. Requisitos.....	415
10.8.6. Escolha da medida .....	415
10.8.7. Vedação à aplicação das medidas cautelares.....	416
10.8.8. Cumulação, substituição e revogação .....	416
10.8.9. Momento e iniciativa .....	416
10.8.10. Processamento .....	416
10.8.11. Recurso .....	417
10.9. Prisão especial .....	417
10.10. Questões.....	419
<i>Gabarito</i> .....	424
<b>11. LIBERDADE PROVISÓRIA.....</b>	<b>425</b>
11.1. Introdução.....	425
11.1.1. Infrações de menor potencial ofensivo .....	425
11.1.2. Crimes inafiançáveis.....	425
11.1.3. Crimes afiançáveis.....	427
11.2. Fiança.....	429
11.2.1. Conceito .....	429
11.2.2. Quem pode conceder a fiança.....	429
11.2.3. Valor da fiança .....	430
11.2.4. Quem pode prestar a fiança .....	430
11.2.5. Reforço da fiança .....	430
11.2.6. Objeto da fiança .....	431
11.2.7. Obrigações do afiançado .....	431
11.2.8. Quebra da fiança .....	431
11.2.9. Cassação da fiança.....	432
11.2.10. Restituição da fiança.....	432
11.2.11. Perda da fiança.....	432
11.2.12. Recurso .....	433
11.3. Questões.....	433
<i>Gabarito</i> .....	434
<b>12. PROCEDIMENTOS.....</b>	<b>435</b>
12.1. Introdução.....	435
12.1.1. Procedimentos comuns e especiais .....	435
12.2. Procedimento comum ordinário.....	436
12.2.1. Fases do procedimento ordinário .....	437
12.2.2. Recebimento da denúncia ou queixa .....	437
12.2.3. Citação .....	438
12.2.3.1. Citação real ou pessoal.....	439
12.2.3.2. Citação com hora certa.....	442
12.2.3.3. Citação ficta.....	443
12.2.4. Resposta escrita .....	445
12.2.5. Suspensão do processo .....	446
12.2.6. Absolvição sumária.....	449
12.2.6.1. Recursos .....	451

12.2.7. Revelia.....	451
12.2.8. Audiência de instrução, debates e julgamento .....	452
12.2.8.1. Oitiva da vítima e testemunhas .....	453
12.2.8.2. Interrogatório.....	454
12.2.8.3. Requerimento de diligências .....	455
12.2.8.4. Debates orais .....	455
12.2.9. Sentença .....	457
12.2.9.1. Princípio da identidade física do juiz .....	459
12.2.9.2. Sentença condenatória .....	460
12.2.9.3. Sentença absolutória .....	462
12.2.9.4. Comparativo entre as hipóteses de rejeição da denúncia ou queixa, absolução sumária e absolvição final.....	465
12.2.10. Publicação da sentença .....	465
12.2.11. Embargos de declaração .....	466
12.2.12. Princípio da correlação .....	467
12.2.12.1. <i>Emendatio libelli</i> .....	467
12.2.12.2. <i>Mutatio libelli</i> .....	470
12.2.13. Intimação da sentença .....	474
12.2.14. Trânsito em julgado .....	475
12.2.15. Incidência de regras do rito ordinário aos demais ritos .....	475
12.2.16. Quadro sinótico do rito ordinário.....	476
12.3. Procedimento comum sumário .....	476
12.3.1. Quadro sinótico do rito sumário.....	478
12.4. Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais).....	478
12.4.1. Embasamento constitucional e legal .....	478
12.4.2. Conceito de infração de menor potencial ofensivo .....	479
12.4.3. Princípios processuais dos juizados criminais.....	480
12.4.4. Competência territorial.....	481
12.4.5. Das formalidades e das nulidades .....	481
12.4.6. Do termo circunstanciado.....	482
12.4.7. Da audiência preliminar .....	483
12.4.7.1. Ação pública incondicionada .....	483
12.4.7.2. Ação pública condicionada à representação.....	486
12.4.7.3. Ação penal privada.....	487
12.4.8. Rito sumaríssimo .....	487
12.4.9. Recursos .....	490
12.4.10. Execução .....	491
12.4.11. Quadro sinótico do procedimento sumaríssimo.....	492
12.5. Questões (procedimento comum).....	492
<i>Gabarito</i> .....	496
<b>13. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS .....</b>	<b>497</b>
13.1. Introdução.....	497
13.2. Procedimento nos crimes de competência do júri .....	497
13.2.1. Princípios constitucionais relativos ao júri .....	498
13.2.2. Caracteres do tribunal do júri.....	500
13.2.3. Providências para a constituição do tribunal do júri .....	501
13.2.3.1. Capacidade geral para o serviço do júri .....	502

13.2.3.2. Proibição de critérios discriminatórios .....	504
13.2.3.3. Obrigatoriedade do serviço do júri .....	504
13.2.3.4. Escusa de consciência.....	504
13.2.3.5. Pessoas isentas do serviço do júri .....	504
13.2.3.6. Direitos e vantagens dos jurados.....	505
13.2.3.7. Responsabilidade criminal dos jurados .....	505
13.2.4. Procedimento.....	506
13.2.5. Sumário da culpa (fase de formação da culpa).....	506
13.2.6. Etapa decisória do sumário da culpa (fase da pronúncia) .....	508
13.2.6.1. Pronúncia.....	508
13.2.6.1.1. Efeitos da pronúncia .....	510
13.2.6.1.2. Intimação da pronúncia.....	510
13.2.6.1.3. Recurso e preclusão.....	512
13.2.6.1.4. Despronúncia.....	512
13.2.6.2. Impronúncia.....	512
13.2.6.2.1. Recurso .....	513
13.2.6.3. Absolvição sumária .....	513
13.2.6.3.1. Recurso .....	514
13.2.6.4. Desclassificação .....	515
13.2.6.4.1. Recurso .....	515
13.2.7. Juízo da causa .....	517
13.2.7.1. Desaforamento.....	517
13.2.7.1.1. Procedimento.....	518
13.2.7.2. Organização da pauta .....	519
13.2.7.2.1. Antecipação do julgamento.....	520
13.2.7.2.2. Habilitação do assistente .....	520
13.2.7.2.3. Intimações .....	520
13.2.7.3. Julgamento em plenário.....	520
13.2.7.3.1. Verificação da presença das partes e das testemunhas.....	521
13.2.7.3.2. Incomunicabilidade das testemunhas .....	523
13.2.7.3.3. Verificação da urna e do número de jurados .....	523
13.2.7.3.4. Pregão .....	524
13.2.7.3.5. Arguição de nulidades.....	524
13.2.7.3.6. Providências prévias à composição do conselho de sentença.....	525
13.2.7.3.7. Sorteio dos jurados .....	525
13.2.7.3.8. Incomunicabilidade .....	526
13.2.7.3.9. Compromisso e recebimento de cópia de peças dos autos .....	527
13.2.7.3.10. Uso de algemas e retirada do acusado do recinto .....	527
13.2.7.4. Atos de instrução probatória .....	528
13.2.7.4.1. Provas novas .....	529
13.2.7.4.2. Debates .....	530
13.2.7.4.3. Réplica e tréplica .....	531
13.2.7.4.4. Inovação de tese defensiva na tréplica .....	531
13.2.7.4.5. Pluralidade de acusados .....	532
13.2.7.4.6. Apartes .....	532
13.2.7.4.7. Referências proibidas nos debates.....	532
13.2.7.4.8. Solicitação de esclarecimento ao orador.....	534
13.2.7.4.9. Esclarecimentos prestados pelo juiz e novas diligências.....	534

---

13.2.7.4.10. Formulação dos quesitos .....	535
13.2.7.4.11. Leitura, impugnação e explicação dos quesitos .....	537
13.2.7.4.12. Sala secreta.....	537
13.2.7.4.13. Votação .....	537
13.2.8. Sentença .....	538
13.2.8.1. Condenação .....	539
13.2.8.2. Absolvição .....	539
13.2.8.3. Desclassificação .....	539
13.2.8.4. Publicação.....	540
13.2.9. Ata da sessão de julgamento.....	540
13.2.10. Atribuições do juiz-presidente.....	541
13.2.11. Protesto por novo júri .....	542
13.2.12. Quadros sinóticos do procedimento nos crimes de competência do júri.....	543
13.3. Procedimento nos crimes funcionais .....	544
13.3.1. Introdução .....	544
13.3.2. Rito.....	545
13.3.3. Crimes funcionais praticados por quem tem foro por prerrogativa de função ..	547
13.3.4. Quadro sinótico do procedimento nos crimes funcionais.....	547
13.4. Procedimento nos crimes contra a honra .....	547
13.4.1. Espécie de ação penal nos crimes contra a honra .....	547
13.4.2. Audiência de reconciliação.....	549
13.4.3. Exceção da verdade .....	550
13.4.4. Exceção de notoriedade do fato.....	551
13.4.5. Pedido de explicações em juízo .....	551
13.4.6. Quadro sinótico do procedimento nos crimes contra a honra .....	552
13.5. Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial .....	552
13.5.1. Introdução .....	552
13.5.2. Desencadeamento da ação penal .....	552
13.5.3. Providências preliminares nos crimes de ação penal de iniciativa privada (art. 530-A).....	553
13.5.3.1. Prazo decadencial.....	554
13.5.4. Providências relativas aos crimes de ação penal de iniciativa pública (art. 530-I).....	554
13.5.4.1. Assistentes de acusação.....	556
13.5.5. Quadro sinótico do procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial de ação privada .....	556
13.5.6. Quadro sinótico do procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial de ação pública.....	557
13.6. Questões (procedimentos especiais) .....	557
<i>Gabarito</i> .....	562
<b>14. PROCEDIMENTOS PREVISTOS EM LEIS ESPECIAIS.....</b>	<b>565</b>
14.1. Procedimento nos crimes da Lei Antidrogas (Lei n. 11.343/2006).....	565
14.1.1. Fase policial .....	565
14.1.2. Procedimento em juízo .....	566
14.1.3. Defesa preliminar .....	567
14.1.4. Decisão judicial em torno do recebimento da denúncia.....	567

14.1.5.	Citação .....	568
14.1.6.	Audiência de instrução e julgamento .....	568
14.1.7.	Sentença .....	570
14.1.8.	Não incidência de regras do rito ordinário ao procedimento especial da Lei Antidrogas.....	571
14.1.9.	Quadro sinótico do rito dos crimes de tráfico de drogas .....	572
14.2.	Procedimento relativo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher .....	572
14.2.1.	Conceito de violência doméstica .....	572
14.2.2.	O art. 41 da Lei n. 11.340/2006 .....	572
14.2.3.	A necessidade de inquérito policial nos crimes de menor potencial ofensivo...	573
14.2.4.	Representação .....	575
14.2.5.	Competência .....	575
14.2.6.	Rito.....	576
14.2.7.	Medidas protetivas de urgência .....	576
14.2.8.	Vedações de certas penas alternativas .....	578
14.3.	Procedimento relativo aos crimes do estatuto do idoso .....	578
14.4.	Procedimento nos crimes praticados por integrante de organização criminosa .....	580
14.4.1.	Investigação criminal e meios de obtenção da prova (Lei n. 12.850/2013) .....	580
14.4.1.1.	Colaboração premiada (art. 3º, I, da Lei n. 12.850/2013) .....	580
14.4.1.1.1.	Iniciativa .....	582
14.4.1.1.2.	Procedimento e reflexos da homologação do acordo.....	582
14.4.1.1.3.	Direitos e deveres do colaborador .....	583
14.4.1.2.	Captação ambiental (art. 3º, II, da Lei n. 12.850/2013) .....	584
14.4.1.2.1.	Procedimento.....	584
14.4.1.3.	Ação controlada (art. 3º, III, da Lei n. 12.850/2013) .....	585
14.4.1.3.1.	Pressupostos .....	585
14.4.1.3.2.	Procedimento.....	585
14.4.1.4.	Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações (art. 3º, IV, da Lei n. 12.850/2013) .....	586
14.4.1.5.	Infiltração de agentes policiais (art. 3º, VII, da Lei n. 12.850/2013).....	586
14.4.1.5.1.	Requisitos .....	587
14.4.1.5.2.	Procedimento.....	587
14.4.1.5.3.	Direitos do agente infiltrado .....	588
14.4.2.	Especificidades do rito dos processos relativos às organizações criminosas....	588
14.4.3.	Colegiado em primeiro grau de jurisdição (Lei n. 12.694/2012) .....	589
14.5.	Questões (procedimentos de leis especiais) .....	590
	<i>Gabarito</i> .....	593
<b>15. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....</b>	<b>595</b>	
15.1.	Conceito .....	595
15.2.	Pressupostos de cabimento.....	595
15.3.	Requisitos .....	599
15.3.1.	Requisitos objetivos .....	599
15.3.2.	Requisitos subjetivos.....	601
15.4.	Concurso de agentes .....	601
15.5.	Momento da proposta .....	601
15.6.	Titularidade da proposta.....	602

15.7. Recusa no oferecimento da proposta.....	603
15.8. Aceitação da proposta.....	603
15.9. Condições obrigatórias .....	604
15.10. Condições facultativas.....	605
15.11. Suspensão do prazo prescricional .....	605
15.12. Causas de revogação obrigatória .....	605
15.13. Causas de revogação facultativa.....	606
15.14. Momento da revogação.....	607
15.15. Consequências da revogação .....	608
15.16. Extinção da punibilidade.....	608
15.17. Questões.....	609
<i>Gabarito .....</i>	610
<b>16. DAS NULIDADES .....</b>	<b>611</b>
16.1. Espécies de nulidade .....	612
16.1.1. Inexistência .....	612
16.1.2. Nulidade absoluta .....	613
16.1.3. Nulidade relativa.....	614
16.1.4. Irregularidade .....	614
16.2. Princípios informadores do sistema das invalidades .....	615
16.3. Elenco legal das nulidades .....	622
16.3.1. Incompetência, suspeição ou suborno do juiz (art. 564, I, do CPP).....	622
16.3.2. Illegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP) .....	624
16.3.3. Falta de denúncia ou queixa e representação (art. 564, III, <i>a</i> , do CPP) .....	625
16.3.4. Falta do exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios (art. 564, III, <i>b</i> , do CPP) .....	626
16.3.5. Falta de nomeação de defensor ao réu presente, que não o tiver, ou ao ausente (art. 564, III, <i>c</i> , do CPP).....	626
16.3.6. Falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação penal pública ou privada subsidiária da pública (art. 564, III, <i>d</i> , do CPP) .....	627
16.3.7. Falta de citação do réu para ver-se processar, o seu interrogatório, quando presente, e os prazos concedidos à acusação e à defesa (art. 564, III, <i>e</i> , do CPP) .....	628
16.3.8. Falta da sentença de pronúncia (art. 564, III, <i>f</i> , do CPP).....	630
16.3.9. Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento, pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia (art. 564, III, <i>g</i> , do CPP).....	630
16.3.10. Falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade, nos termos estabelecidos pela lei (art. 564, III, <i>h</i> , do CPP) .....	631
16.3.11. Inexistência de pelo menos 15 jurados para a constituição do júri (art. 564, III, <i>i</i> , do CPP).....	631
16.3.12. Falta de sorteio dos jurados do Conselho de Sentença em número legal e sua incomunicabilidade (art. 564, III, <i>j</i> , do CPP) .....	631
16.3.13. Falta dos quesitos e das respectivas respostas (art. 564, III, <i>k</i> , do CPP).....	631
16.3.14. Falta da acusação ou da defesa, na sessão de julgamento (art. 564, III, <i>l</i> , do CPP) .....	632
16.3.15. Falta da sentença (art. 564, III, <i>m</i> , do CPP).....	632
16.3.16. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido (art. 564, III, <i>n</i> , do CPP) .....	632

16.3.17. Falta da intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso (art. 564, III, <i>o</i> , do CPP).....	633
16.3.18. Falta do <i>quorum</i> legal, nos tribunais, para o julgamento (art. 564, III, <i>p</i> , do CPP) .....	633
16.3.19. Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato (art. 564, IV, do CPP) .....	633
16.3.20. Deficiência dos quesitos ou das suas respostas, e contradição entre estas (art. 564, parágrafo único, do CPP).....	633
16.4. Súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre as nulidades .....	634
16.5. Questões.....	635
<i>Gabarito</i> .....	637
<b>17. RECURSOS.....</b>	<b>639</b>
17.1. Teoria geral .....	639
17.1.1. Conceito .....	639
17.1.2. Fundamento .....	639
17.1.3. Classificação dos recursos .....	640
17.1.4. Pressupostos recursais .....	641
17.1.4.1. Pressupostos objetivos.....	641
17.1.4.2. Pressupostos subjetivos .....	644
17.1.5. Juízo de admissibilidade (ou de prelibação).....	646
17.1.6. Extinção anormal dos recursos.....	647
17.1.7. Efeitos dos recursos .....	647
17.1.8. <i>Reformatio in pejus</i> .....	648
17.1.8.1. <i>Reformatio in pejus</i> indireta.....	649
17.1.8.2. <i>Reformatio in mellius</i> .....	650
17.2. Dos recursos em espécie.....	651
17.2.1. Recursos necessários .....	651
17.2.2. Recursos voluntários.....	653
17.2.2.1. Recurso em sentido estrito .....	653
17.2.2.1.1. Hipóteses de cabimento.....	654
17.2.2.1.2. Prazo para interposição.....	662
17.2.2.1.3. Procedimento.....	663
17.2.2.1.4. Efeitos .....	664
17.2.2.2. Apelação .....	665
17.2.2.2.1. Hipóteses de cabimento em relação às decisões do juiz singular.....	666
17.2.2.2.2. Hipóteses de cabimento em relação às decisões do tribunal do júri .....	667
17.2.2.2.3. Prazo para interposição.....	672
17.2.2.2.4. Procedimento.....	673
17.2.2.2.5. Apelação nos processos de competência do Juizado Especial Criminal.....	674
17.2.2.2.6. Efeitos .....	675
17.2.2.2.7. Processo e julgamento dos recursos em sentido estrito e das apelações nos tribunais.....	676
17.2.2.3. Embargos infringentes e de nulidade .....	677
17.2.2.3.1. Cabimento.....	677
17.2.2.3.2. Legitimidade e processamento.....	678
17.2.2.4. Protesto por novo júri .....	679

---

17.2.2.5. Embargos de declaração.....	679
17.2.2.5.1. Hipóteses de cabimento.....	680
17.2.2.5.2. Legitimidade e processamento.....	680
17.2.2.5.3. Efeitos .....	681
17.2.2.6. Revisão criminal.....	682
17.2.2.6.1. Natureza jurídica .....	682
17.2.2.6.2. Legitimidade .....	682
17.2.2.6.3. Pressupostos e oportunidade .....	683
17.2.2.6.4. Hipóteses de cabimento.....	683
17.2.2.6.5. Competência.....	685
17.2.2.6.6. Processamento.....	685
17.2.2.6.7. Efeitos .....	685
17.2.2.6.8. Revisão de decisão do júri.....	686
17.2.2.7. Carta testemunhável .....	686
17.2.2.7.1. Natureza jurídica .....	686
17.2.2.7.2. Hipóteses de cabimento.....	686
17.2.2.7.3. Processamento.....	687
17.2.2.7.4. Efeitos .....	687
17.2.2.8. Correição parcial .....	687
17.2.2.8.1. Natureza jurídica .....	687
17.2.2.8.2. Constitucionalidade e fundamento legal.....	688
17.2.2.8.3. Legitimidade e hipóteses de cabimento .....	688
17.2.2.8.4. Processamento.....	688
17.2.2.9. Reclamação .....	689
17.2.2.10. <i>Habeas corpus</i> .....	690
17.2.2.10.1. Natureza jurídica .....	690
17.2.2.10.2. Espécies .....	691
17.2.2.10.3. Legitimidade ativa.....	692
17.2.2.10.4. Legitimidade passiva.....	692
17.2.2.10.5. Cabimento.....	693
17.2.2.10.6. Competência.....	696
17.2.2.10.7. Processamento.....	697
17.2.2.10.8. Efeitos e recursos.....	698
17.2.2.10.9. Processamento no caso de competência originária dos tribunais .....	699
17.2.2.11. Mandado de segurança.....	699
17.2.2.11.1. Legitimidade ativa.....	700
17.2.2.11.2. Legitimidade passiva.....	700
17.2.2.11.3. Competência .....	701
17.2.2.11.4. Prazo.....	701
17.2.2.11.5. Procedimento.....	701
17.2.2.11.6. Recursos .....	702
17.2.2.12. Recurso extraordinário.....	702
17.2.2.12.1. Cabimento.....	702
17.2.2.12.2. Repercussão geral.....	703
17.2.2.12.3. Legitimidade .....	704
17.2.2.12.4. Prazo, forma de interposição e processamento.....	704
17.2.2.12.5. Efeitos .....	705
17.2.2.12.6. Súmula vinculante .....	706

---

17.2.2.13. Recurso especial .....	706
17.2.2.13.1. Cabimento.....	706
17.2.2.13.2. Legitimidade .....	707
17.2.2.13.3. Prazo, interposição, processamento e efeitos.....	707
17.2.2.14. Recurso ordinário constitucional .....	708
17.2.2.14.1. Cabimento.....	708
17.2.2.14.2. Procedimento.....	709
17.3. Questões.....	710
<i>Gabarito</i> .....	715
<b>18. MODELOS DE PEÇAS E PETIÇÕES .....</b>	<b>717</b>
18.1. Modelo de requerimento de instauração de inquérito policial .....	717
18.2. Modelo de arquivamento de inquérito policial .....	718
18.3. Modelo de denúncia de crime culposo.....	719
18.4. Modelo de denúncia de crime doloso.....	720
18.5. Modelo de requerimento de relaxamento do flagrante e de liberdade provisória.....	722
18.6. Modelo de requerimento de prisão preventiva.....	723
18.7. Modelo de proposta de suspensão condicional do processo .....	725
18.8. Modelo de resposta escrita .....	726
18.9. Modelo de memorial.....	727
18.10. Modelo de sentença condenatória .....	730
18.11. Modelo de petição de interposição de recurso .....	733
18.12. Modelo de razões recursais .....	733
18.13. Modelo de contrarrazões de apelação .....	735
18.14. Modelo de <i>habeas corpus</i> .....	738
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>741</b>